

Evidências do desempenho econômico de propriedades rurais de Nova Andradina- MS

ALCIR BARROS JUNIOR (UFMS) - alcirbarros9@gmail.com

Silvana Dalmutt Kruger (UFMS) - silvana.d@ufms.br

Luciano Lucio Bezerra Farias (UFMS) - luciano.farias@ufms.br

Fernanda Évilin de Jesus Fortunato Lima (UFMS) - fernanda.fortunato@ufms.br

Vítor Cardoso Silveira (UFMS) - vitor.silveira@ufms.br

Resumo:

Este estudo teve como objetivo identificar o desempenho econômico de propriedades rurais do Projeto de Assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina – MS. A pesquisa é classificada como descritiva, de abordagem mista com análise documental e utilização de dados de 118 produtores rurais, coletados a partir das declarações de rebanho e informações econômico-financeiras extraídas de notas fiscais de venda. A investigação considerou as receitas, os custos operacionais e os tributos pagos, e a partir dessas informações identificou-se o resultado anual médio geral e mensal das propriedades rurais da amostra. Os resultados evidenciaram disparidades entre os produtores quanto ao volume de certificações, rendimentos e grau de formalização. A movimentação da receita em 2024 totalizou R\$ 5.805.704,23, sendo que o resultado médio anual por produtor foi de R\$ 22.194,52. Identificou-se o total de 7.027 animais. Nenhuma propriedade rural possui mão de obra de terceiros, apenas mão de obra familiar. A análise evidencia a importância econômica e social desse conjunto de produtores, na geração de renda e na produção de alimentos. De forma geral, destaca-se que o desempenho econômico das propriedades rurais gera impactos sociais e depende da integração entre práticas produtivas, apoio técnico e políticas públicas de apoio às realidades locais, especialmente para incentivar melhorias no desempenho produtivo da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Assentamento rural, Desempenho econômico

Área temática: Custos aplicados ao setor privado e terceiro setor

Evidências do desempenho econômico de propriedades rurais de Nova Andradina- MS

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar o desempenho econômico de propriedades rurais do Projeto de Assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina – MS. A pesquisa é classificada como descritiva, de abordagem mista com análise documental e utilização de dados de 118 produtores rurais, coletados a partir das declarações de rebanho e informações econômico-financeiras extraídas de notas fiscais de venda. A investigação considerou as receitas, os custos operacionais e os tributos pagos, e a partir dessas informações identificou-se o resultado anual médio geral e mensal das propriedades rurais da amostra. Os resultados evidenciaram disparidades entre os produtores quanto ao volume de certificações, rendimentos e grau de formalização. A movimentação da receita em 2024 totalizou R\$ 5.805.704,23, sendo que o resultado médio anual por produtor foi de R\$ 22.194,52. Identificou-se o total de 7.027 animais. Nenhuma propriedade rural possui mão de obra de terceiros, apenas mão de obra familiar. A análise evidencia a importância econômica e social desse conjunto de produtores, na geração de renda e na produção de alimentos. De forma geral, destaca-se que o desempenho econômico das propriedades rurais gera impactos sociais e depende da integração entre práticas produtivas, apoio técnico e políticas públicas de apoio às realidades locais, especialmente para incentivar melhorias no desempenho produtivo da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Assentamento rural. Desempenho econômico.

Área Temática: Custos aplicados ao setor privado e ao terceiro setor

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio refere-se ao intrincado complexo que se desenvolve em colaboração entre agentes produtivos, fornecimento, matérias-primas, fatores de produção, poder público, dentre outros (Teixeira et al., 2025) e, embora vinculado ao sustento familiar, este tem exercido uma relevante função na geração de riquezas, inclusive em países com maior grau de desenvolvimento econômico-social (Quesado, Silva, & Rua, 2018).

A nível mundial, os pequenos produtores rurais são responsáveis por uma porcentagem expressiva da atividade de produção de alimentos primários e sua influência afeta consideravelmente regiões e comunidades locais (Lizot, Trojan, & Afonso, 2021), dado corroborado por Silva, Oliveira Filho, Navas, Oliveira, & Soares (2022), ao afirmarem que, a nível de Brasil, a Agricultura Familiar constitui a principal fonte de suprimentos alimentares básicos destinados a consumo das populações, fornecendo tanto as menores localidades quanto as maiores cidades do país e, assim, desempenha uma função de expressiva relevância na economia nacional.

Nessa conjuntura, oferecer suporte a agricultura familiar pode ser uma abordagem com potencial para impulsionar a economia de diversas cidades brasileiras, auxiliando na diminuição das disparidades sociais em regiões com

predominância rural e que passam por ausência de crescimento econômico (Teixeira et al., 2025). Em essência, a produção rural se diferencia de outros setores econômicos devido a ocorrência de múltiplos fatores não controláveis que tornam complexa a tarefa de planejar os processos produtivos, como eventos naturais e ambientais a título de exemplo (Quesado et al., 2018). Kruger, Cecchin e Mores (2020) afirmam que no ambiente rural predomina trabalhos executados por meio de recursos humanos familiares, com a média de 85% dos estabelecimentos rurais.

Devido a isso, a administração dos custos das atividades operacionais é essencial para qualquer tipo de organização (Zanin, Oenning, Tres, Kruger, & Gubiani, 2014; Assis Neto, & Robles Júnior, 2019). Assim, as organizações devem ponderar as informações produzidas pela contabilidade no momento de tomar decisões (Zanin et al., 2014). O produtor rural possui na contabilidade um valioso instrumento para o gerenciamento empresarial, mecanismo que permite o agronegócio mensurar o desempenho das operações realizadas (Zanin et al., 2014) e, conforme Kruger, Silva, Mores e Petri (2018), em tempos recentes, os agentes produtivos do meio rural têm demonstrado maior preocupação com a gestão e em manter as operações realizadas nas propriedades rurais de forma contínua.

A crescente preocupação global acerca da sustentabilidade tem impulsionado diversas iniciativas voltadas à avaliação e ao aprimoramento dos sistemas produtivos, especialmente no setor agropecuário (Herrero et al., 2021; Zanin, Camargo, & Kruger, 2023). Entre os principais desafios das externalidades negativas da produção rural estão a conservação do solo, a mitigação das mudanças climáticas, a promoção de boas práticas agropecuárias, incluindo aspectos do processo de sucessão familiar rural (Foguesatto, Mores, Kruger, & Costa, 2021; Kruger, & Link, 2023). Ademais, Herrero et al. (2021), argumentam que a busca por práticas agrícolas mais sustentáveis surge como resposta aos impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da exploração intensiva dos recursos naturais.

O município de Nova Andradina, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, destaca-se pela forte atuação no setor agropecuário, especialmente na pecuária de corte (PMNA, 2025). O Programa Precoce, desenvolvido pelo Estado de Mato Grosso do Sul é um exemplo de incentivo para pecuaristas adotarem práticas sustentáveis de produção (Secretaria do Estado da Fazenda do Mato Grosso do Sul, 2016). A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2018) também tem promovido estratégias para mitigar os impactos socioambientais da pecuária, com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entretanto, a adoção de práticas sustentáveis no agronegócio ainda enfrenta desafios, exigindo a implementação de indicadores que permitam avaliar o impacto ambiental, a viabilidade econômica e os aspectos sociais das atividades rurais, especialmente para reconhecer as externalidades negativas e as possibilidades de melhorias (Cardoso et al., 2020; Pedrosa, Hoshide, Abreu, Molossi, & Couto, 2021; Kruger, Wiest, Dalla Porta e Zanella; Kruger, & Link, 2023).

Diante desse cenário, emerge a seguinte questão norteadora: Quais as principais características do desempenho econômico nas propriedades rurais de Nova Andradina? Dessa forma, o estudo objetiva identificar o desempenho econômico de propriedades rurais do Projeto de Assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina – MS.

Do ponto de vista acadêmico, justifica-se a presente pesquisa pela necessidade de fortalecer modelos de gestão sustentável na agropecuária, contribuindo para o equilíbrio entre a análise da viabilidade econômica e a responsabilidade socioambiental. Segundo Di Domenico, Kruger, Mazzioni, Zanin e Ludwig (2017) e

Kruger e Link (2023), o uso de instrumentos de avaliação, como os indicadores de sustentabilidade, permitem diagnosticar com maior precisão as fragilidades e potencialidades do sistema produtivo, reconhecendo as externalidades negativas do processo produtivo rural, favorecendo o planejamento de ações corretivas e a melhoria contínua das práticas adotadas.

Do ponto de vista empírico, destaca-se a relevância econômica das propriedades rurais, na geração de renda e subsistência das famílias. Rosini, Lopes, Pedrinho e Palmisano (2025) destacam que a diversidade de atividades agropecuárias praticadas por pequenos produtores rurais é uma característica relevante da importância destes estabelecimentos para a economia nacional e segurança alimentar. Segundo Kruger et al. (2021), o desafio da sustentabilidade está em alinhar o crescimento das atividades econômicas com a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos pela ONU em 2015 como parte da Agenda 2030, visando erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover prosperidade para todos, são 17 objetivos integrados que abordam de forma equilibrada as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável, conforme destaca a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). Dentre os objetivos, destaca-se a ODS 2 “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, onde propõe acabar com a fome, garantir segurança alimentar e promover a agricultura sustentável. Neste aspecto, destaca-se a importância de sistemas alimentares resilientes, acesso equitativo a alimentos nutritivos e apoio aos pequenos produtores, especialmente mulheres, povos indígenas e agricultores familiares (ONU, 2015).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Agronegócio e Pequenas Propriedades Rurais

A atividade rural figura entre as práticas mais antigas e possui significativa relevância nas mais diversas economias globais (Quesado et al., 2018). No decorrer da era colonial brasileira, com o enfraquecimento da exploração do pau-brasil, as atividades agropecuárias eram fortemente caracterizadas por culturas de exportação, com destaque ao açúcar (Assis et al., 2021).

Na atualidade, o Brasil figura entre os principais agentes globais no contexto do agronegócio, tanto em termos de produção quanto de exportação (Lopes, & Costa, 2024), evoluindo nos últimos quarenta anos da condição de importador para posição internacional de referência na oferta de produtos alimentícios (Vieira Filho et al., 2025).

Ademais, o desempenho econômico nacional é profundamente influenciado pelos níveis de desempenho do agronegócio (Lizot et al., 2018; Assis Neto, & Robles Júnior, 2019; Woiski, Kulak, & Morozini, 2022; Réquia, Hollveg, & Zonatto, 2023), perfazendo desde as etapas primárias de produção no campo às operações de exportação (Réquia et al., 2023), evidenciado a relevância do setor para as finanças do país, contribuindo positivamente para o saldo da balança comercial (Vieira Filho et al., 2025).

De acordo com Kruger et al. (2020), o agronegócio nacional representa um volume expressivo do Produto Interno Bruto (PIB), contribui com a geração de renda e empregos, ao passo que sustenta no campo uma grande quantidade de famílias. Além disso, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), divulgados por meio da segunda edição do seu Atlas do Espaço Rural Brasileiro, com base nos dados do Censo Agropecuário realizado em 2017, 76,8%

dos estabelecimentos rurais brasileiros são ligados à agricultura familiar, porém correspondem a apenas 23% de toda área utilizada nas atividades do agronegócio. Este cenário predomina entre os pequenos estabelecimentos rurais uma escassez de avanços técnicos e aperfeiçoamentos em variados setores (Woiski et al., 2022). Essa visão é reforçada pela pesquisa de Lopes e Costa (2024) ao afirmarem que a ausência de controles gerenciais e meios adequados de planejamento predomina entre as propriedades rurais. Segundo esses autores, isso ocorre devido aos produtores rurais desconhecerem a importância da contabilidade voltada ao agronegócio, ferramenta estratégica para sustentabilidade econômica da atividade ao contribuir com maiores níveis de lucratividade.

À medida que as tecnologias avançam, os arranjos produtivos do agronegócio também evoluem e demandam maior grau de habilidades e sofisticções técnicas, econômicas e de gestão (Réquia et al., 2023). Nesse cenário, o gerenciamento dos custos é peça primordial para análises de investimentos, assim como para adequada administração das organizações inseridas no contexto do agronegócio (Zambon, & Bee, 2016).

Em uma visão ampla, a Contabilidade objetiva produzir dados informacionais relacionados ao patrimônio, as finanças e a economia para apoiar as organizações em suas decisões (Zambon, & Bee, 2016; Assis et al., 2021), no entanto, nem todas as organizações fazem uso desse instrumento de gestão e, em razão disso, deixam de se beneficiar das suas vantagens (Assis Neto, & Robles Júnior, 2019). Por sua vez, a Contabilidade Rural é direcionada ao gerenciamento dos custos, ao controle e administração das operações produtivas, definição de preços, bem como oferecer suporte ao processo decisório (Lopes, & Costa, 2024).

Assim, a Contabilidade se mostra um instrumento vital ao desempenho do Agronegócio, em virtude de propiciar dados imprescindíveis sobre a situação da empresa (Assis et al., 2021) e, a Contabilidade Rural, nesse ambiente, busca direcionar e apoiar o gerenciamento dos estabelecimentos rurais (Kruger et al., 2020). Segundo Lopes e Costa (2024), isso proporciona aos produtores a maximização dos retornos financeiros frente à capacidade produtiva, fundamentada em informações confiáveis e consistentes.

2.2 Gestão de Custos

O êxito de uma empresa depende de que seus gestores compreendam os custos envolvidos nas operações e, assim, propiciem ao empreendimento uma administração e execução mais eficiente de suas atividades (Moreira, Melo, & Carvalho, 2016). Woiski et al. (2022) compartilham de visão semelhante ao afirmarem que toda organização, a despeito do porte, necessita ter controle sobre seus custos, e nos empreendimentos rurais não poderia ser de outra forma, adotar uma cultura de gestão de custos pode ser decisivo para o êxito ou insucesso da empresa. Conforme Teixeira et al. (2025), o processo de gestão dos custos é um instrumento que visa quantificar, auxiliar, projetar e gerenciar as atividades operacionais realizadas no que são ambiente rural, adicionando, além de valor quantitativo, valor qualitativo a organização, mediante informações sistematizadas e fidedignas.

Nas unidades organizacionais de pequeno porte do agronegócio, a práxis de gestão dos custos necessita consideravelmente de aprimoramentos (Lizot et al., 2021). Além do mais, o gerenciamento apropriado dos custos no contexto rural, em especial da agricultura desenvolvida por famílias que vivem no meio rural, mostra-se

como fundamental para promover melhorias no contexto econômico do agronegócio (Lizot et al., 2021).

De acordo com Réquia et al. (2023), a formulação de planos eficazes e uma gestão apropriada dos gastos são fundamentais para que as atividades ligadas ao agronegócio possam sustentar sua posição competitiva frente à concorrência. Sobre isso, Assis Neto e Robles Júnior (2019) acrescentam que, nesse ambiente concorrencial, a sobrevivência das organizações no mercado se torna ainda mais desafiadora.

A ênfase do gerenciamento dos custos no agronegócio recai sobre utilizar diversas metodologias de custeamento e prover subsídios informacionais minuciosos para um acurado processo de tomada de decisões (Zambon, & Bee, 2016; Réquia et al., 2023), a ser utilizado pelos administradores mediante avaliações objetivas (Moreira et al., 2016).

O ambiente rural é marcado por um conjunto de especificidades inerentes ao seu sistema produtivo que impactam de forma direta a estrutura de custos (Réquia et al., 2023; Zanin et al., 2023). Nessa mesma linha, Galvão, Matos e Gueiber (2019) afirmam que múltiplos elementos atuam no processo de precificação dos produtos provenientes do agronegócio, como o nível de mecanização e os diversos fenômenos naturais, não somente os custos fixos de produção, pois impactam nos níveis de produtividade em função da área utilizada.

Da mesma forma que outros setores da economia, o meio rural precisa aprimorar suas capacidades de análise e seus sistemas de controle, com vistas a otimizar a gestão econômico-financeira (Zanin et al., 2014; Zambon, & Bee, 2016). Dessa forma, a contabilidade serve como ferramenta de suporte para o exame dos resultados advindos das operações rurais, bem como das atividades desenvolvidas em agroindústrias (Zanin et al., 2014).

Diante disso, torna-se relevante a mensuração de todos esses fatores para determinação adequada dos valores de venda dos itens produzidos, mediante o emprego de metodologias de custeio mais adequada consoante às características da atividade econômica (Galvão et al., 2019). Além do mais, a intensificação das exigências dos consumidores aliado a progressiva pressão desencadeada pelas demandas globais, entrelaçada com uma legislação mais restritiva, possui o potencial concomitante de entregar produtos com maior qualidade e, ao mesmo tempo, promover uma diminuição dos preços (Lizot et al., 2021).

Nesse sentido, a contabilidade voltada ao agronegócio configura-se como um diferencial instrumento de gestão, devido as vantagens informacionais que é capaz de produzir, bem como a administração de rendimentos e gastos incorridos relativos a cada uma das operações e unidades de produção (Kruger et al., 2020).

Com isso, no momento em que o produtor rural passar a utilizar as ferramentas gerenciais advindas da contabilidade voltada ao custeamento da produção, passará a dispor de um importante instrumento profissional destinado a subsidiar o processo de tomada de decisão, dessa forma, irá modernizar a gestão da propriedade (Assis Neto, & Robles Júnior, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar o desempenho econômico de propriedades rurais do Projeto de Assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina – MS. Para isso, foram utilizados dados obtidos a partir dos comprovantes de declaração de rebanho da Agência Estadual de Defesa Sanitária

Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul (IAGRO, 2025), documento de apresentação obrigatória por parte dos produtores rurais do estado, conforme dispõe a Lei Estadual de Defesa Sanitária Animal nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009, e a Lei nº 4.518, de 7 de abril de 2014. Essa declaração, exigida semestralmente, contempla informações sobre nascimentos, óbitos e evolução etária de diversas espécies animais, como bovinos, bubalinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos, aves e outros. Com base nesses dados oficiais, foi realizada uma análise econômica para a obtenção do desempenho econômico das propriedades analisadas.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, que segundo Gil (2008), tem como finalidade principal descrever as características de uma população ou fenômeno específico, podendo também identificar relações entre variáveis, utilizando com frequência técnicas padronizadas de coleta de dados como questionários e observação sistemática.

Quanto aos procedimentos, se caracteriza como de análise documental e quanto à abordagem do problema, a pesquisa se classifica como mista. A área de estudo utilizada para desenvolvimento desta pesquisa foi o Projeto de Assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina, no estado de Mato Grosso do Sul. Criado a partir da desapropriação da antiga Fazenda Teijin, o assentamento possui uma área total de 28.497,8194 hectares e foi instituído por meio da Portaria INCRA nº 23, de 26 de julho de 2002. O local é caracterizado por intensas trajetórias de luta pela terra e organização coletiva dos trabalhadores rurais, constituindo-se em um território de relevância para a compreensão das dinâmicas socioterritoriais e da reforma agrária no estado (Moreira, 2022).

Para este estudo, a coleta de dados utilizou comprovantes de declarações de rebanho de 118 produtores do Projeto de Assentamento Teijin. Para análise dos dados, foram utilizadas tabelas do *software* Excel, tendo a possibilidade de identificar a receita, impostos e custos operacionais das atividades. No processo de coleta dos dados foram utilizadas duas datas, onde a declaração de rebanho ocorreu entre 01 de maio de 2025 e 31 de maio de 2025, já os valores econômico-financeiros foram referentes ao ano calendário 2024, entre 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Segundo Gil (2008), a avaliação dos dados obtidos, bem como a compreensão deles, representa a abordagem utilizada para responder à questão de pesquisa. Por meio da coleta de dados dos produtores, foram estruturadas as informações dentro de planilhas do *software* Excel, possibilitando identificar o desempenho econômico das propriedades rurais do estudo.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Após a coleta das informações junto à amostra de 118 produtores rurais do Projeto Assentamento Teijin, observou-se a composição da certificação ambiental, os quais possuem animais certificados conforme os critérios estabelecidos pela IAGRO (2025). Ao todo, foram contabilizados 7.027 animais certificados, distribuídos entre as seguintes espécies: 4.737 bovinos, 260 suínos, 174 ovinos, 1.793 aves (galinhas) e 63 equinos.

Para compreender o comportamento dos dados e o grau de variação entre os produtores, conforme a Tabela 1, foram calculadas medidas estatísticas descritivas, como média, valor mínimo, valor máximo e desvio padrão.

Tabela 1

Plantel de animais

Espécie	Média	Mínimo	Máximo	Desvio padrão	Total de animais
Bovinos	40,14	0	192	42,27	4.737
Suíños	2,20	0	34	5,59	260
Ovinos	1,47	0	62	6,62	174
Aves (Galinhas)	15,19	0	100	20,64	1.793
Equinos	0,53	0	10	1,36	63

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 1 apresenta os resultados descritivos do plantel de animais, com base na quantidade de animais certificados por espécie, considerando os 118 produtores participantes do estudo. Os dados revelam importantes variações entre as espécies quanto ao número médio de animais certificados por propriedade, bem como sua dispersão estatística.

A espécie com maior média de certificação é a dos bovinos, com 40,14 animais por produtor, chegando a um máximo de 192. Essa categoria também apresenta o maior desvio padrão (42,27), o que indica grande variabilidade entre os produtores, com alguns possuindo rebanhos significativamente maiores que a média. Em contrapartida, algumas propriedades não possuíam bovinos certificados, conforme indicado pelo valor mínimo igual a zero.

As aves (galinhas) aparecem em segundo lugar, com média de 15,19 animais certificados e um desvio padrão de 20,64, também demonstrando significativa dispersão entre os produtores. Os suínos e ovinos apresentaram médias bastante reduzidas (2,20 e 1,47, respectivamente), acompanhadas por desvios padrões relativamente elevados (5,59 e 6,62), o que também evidencia concentração de animais certificados em poucas propriedades.

Por fim, os equinos registraram a menor média entre todas as espécies (0,53), com valor máximo de apenas 10 animais certificados e um desvio padrão de 1,36, sugerindo baixa participação dessa espécie nas certificações ambientais analisadas. Conforme Silva (2019), medidas estatísticas como média, desvio padrão, valores mínimos e máximos são essenciais para identificar padrões e variações em conjuntos de dados, permitindo uma análise mais precisa dos fenômenos observados, como no caso do manejo e certificação dos animais em propriedades rurais.

Esses resultados indicam que, embora a certificação esteja presente em diferentes espécies, há uma forte concentração em bovinos, ao passo que as demais espécies apresentam distribuição menos homogênea e baixa representatividade. Tal distribuição pode refletir aspectos estruturais das propriedades, priorização produtiva ou limitações relacionadas ao processo de certificação animal nas diferentes criações.

Quanto aos aspectos econômico-financeiros, observou-se a partir das declarações as informações: o valor econômico direto gerado (receita total), o valor econômico distribuído ao governo (pagamentos de tributos e taxas), e o valor econômico distribuído internamente (custos operacionais das propriedades). Esses indicadores refletem a capacidade das unidades produtivas de gerar recursos, atender às exigências fiscais e sustentar financeiramente suas atividades. Galvão et al. (2019) destacam que mensurar os gastos e determinar os valores de venda dos itens produzidos, são fatores essenciais para manter a atividade econômica.

Para compreender o comportamento dos dados e o grau de variação entre os produtores, conforme a Tabela 2, foram calculadas medidas estatísticas descritivas, como a receita bruta e líquida média, valor mínimo, valor máximo; bem como os custos operacionais, o resultado anual e mensal.

Tabela 2

Indicadores Econômicos

Descrição de pagamento	Média R\$	Mínimo R\$	Máximo R\$	Total R\$
Receita bruta com vendas	49.200,88	0,00	661.715,24	5.805.704,23
(-) Deduções/impostos	777,79	0,00	14.994,67	91.779,30
(-) Receita líquida de vendas	48.443,09	0,00	646.420,57	5.713.924,93
(-) Custos operacionais	26.228,56	0,00	574.833,89	3.094.970,52
(=) Resultado operacional	22.194,52	0,00	211.807,30	2.618.954,41
(=) Média mensal	1.849,54	0,00	17.650,61	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme apresenta a Tabela 2, a receita média com vendas foi de R\$ 49.200,88 por produtor, com valores variando entre R\$ 0,00 e R\$ 661.715,24. Essa grande amplitude revela disparidades significativas entre os produtores, indicando que alguns apresentam elevado desempenho comercial, enquanto outros podem estar em situação de baixa produtividade ou ainda em processo de descontinuidade ou informalização de suas vendas.

Os custos operacionais médios por propriedade somaram R\$ 26.228,56, com valores mínimos de R\$ 0,00 e máximos que atingem R\$ 574.833,89. Assim como observado na receita, os custos também variam amplamente, o que pode estar associado a diferenças de escala produtiva, grau de tecnificação ou tipo de atividade predominante em cada unidade.

Os pagamentos ao governo (deduções da receita) apresentaram média de R\$ 777,79, oscilando entre R\$ 0,00 e R\$ 14.994,67. A presença de valores nulos pode indicar informalidade fiscal em algumas propriedades ou produtores sem atividade econômica, enquanto os valores mais elevados podem estar relacionados a maiores volumes de comercialização ou grau mais alto de formalização das atividades.

Com base nos dados obtidos junto aos produtores, constatou-se que o valor total de receitas provenientes de atividades agropecuárias (incluindo vendas de animais, leite e produtos agrícolas) foi de R\$ 5.805.704,23. Os custos operacionais, compostos pela compra de animais, ração, sal mineral, medicamentos veterinários, lascas para cerca, sementes e fertilizantes, somaram R\$ 3.094.970,52. Já os pagamentos ao governo, que engloba tributos como SENAR, Funrural, Fundersul e taxas da IAGRO, totalizaram R\$ 91.779,30. A coleta de dados foi baseada nas notas fiscais e os impostos pagos referentes ao ano calendário 2024.

De forma geral, os dados demonstram que há significativa heterogeneidade entre os produtores no que diz respeito ao desempenho econômico-financeiro, o que pode refletir tanto o nível de estruturação das propriedades quanto o estágio de adoção de práticas sustentáveis e regularizadas. Esse resultado corrobora com o estudo de Réquia et al. (2023), que evidencia as especificidades do meio rural para a estruturação dos custos. Essa análise é essencial para compreender a dinâmica econômica local e subsidiar políticas públicas voltadas ao fortalecimento da sustentabilidade financeira da agricultura familiar e de médio porte.

Observando os dados relacionados a receita gerada com as vendas, os custos operacionais, os encargos pagos ao governo e, por fim, o resultado líquido da atividade. Esta etapa do estudo visa compreender a capacidade econômica dos produtores no contexto analisado, relacionando sua renda média com os ativos produtivos que mantêm, como o rebanho de animais, e evidenciando aspectos relevantes para a continuidade financeira e produtiva no meio rural.

Ainda, a Tabela 2 apresenta o aspecto social da renda obtida pelos produtores rurais da amostra. Observou-se que eles não possuem mão de obra de terceiros, atuam apenas com mão de obra familiar. Os principais dados econômicos obtidos a partir da análise, desse montante, ao ser dividido pelo total de produtores da amostra, revela uma média anual de R\$ 22.194,52 por produtor. Distribuindo essa média ao longo dos 12 meses do ano, obtém-se um rendimento mensal aproximado de R\$ 1.849,54, valor semelhante ao salário-mínimo vigente à data da coleta da pesquisa (junho de 2025). Embora esse resultado seja pequeno e represente uma fragilidade para a subsistência e satisfação das famílias, ele contribui com a permanência delas no meio rural.

No entanto, é importante ressaltar que, além dessa renda mensal, os produtores mantêm um rebanho médio (conforme apresenta a Tabela 1) composto por 40 bovinos, 2 suínos, 1 ovino e 15 aves (galinhas), funcionando, na prática, como um estoque produtivo. Esses animais representam não apenas uma reserva de valor, mas também uma importante fonte de segurança alimentar e possibilidade de geração futura de receita, seja por meio da comercialização ou do autoconsumo. Os resultados corroboram com o estudo de Zanin et al. (2023) e Kruger et al. (2021), destacando a importância da gestão da produção rural, no intuito de assegurar melhores práticas de gestão dos recursos ambientais, além do resultado econômico para a subsistência das famílias que vivem no meio rural. Embora a relevância econômica e importância para a segurança alimentar, os pequenos empreendimentos rurais lidam com dificuldades de acesso a crédito, tecnologia e assistência técnica (Rosini et al., 2025). Zuin e Zuin (2018) destacam a importância da valorização da produção de alimentos no contexto dos ambientes locais/regionais, como forma de subsistência e assegurar valores regionais.

O Quadro 1 apresenta os indicadores observados para identificar aspectos de sustentabilidade das entidades rurais da amostra e sua relação com os ODS:

Dimensões	Indicadores	ODS
Ambiental	Volume de produção de unidades da organização certificadas por terceiros com normas de saúde e bem-estar animal.	15
Econômico-financeira	Valor econômico distribuído: pagamentos ao governo	8
	Valor econômico direto gerado: receita bruta e líquida	
	Valor econômico distribuído: custos operacionais.	
	Valor econômico dos gestores rurais: resultado	2
Social	Geração de empregos e renda (Agricultura familiar)	2
	Renda dos pequenos produtores de alimentos	

Quadro 1

Indicadores de Sustentabilidade

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os indicadores de sustentabilidade utilizados neste estudo, foram organizados pelas dimensões ambiental, econômico-financeira e social, com a devida correspondência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme a Agenda 2030 (ONU, 2015). No aspecto ambiental, destaca-se o percentual de unidades produtivas certificadas quanto à saúde e bem-estar animal, vinculado ao ODS 15, que trata da proteção dos ecossistemas terrestres. Na dimensão econômico-financeira, os indicadores relacionados à receita gerada, aos pagamentos ao governo e aos custos operacionais refletem práticas empresariais alinhadas ao ODS 8, voltado ao crescimento econômico e ao trabalho decente. Na dimensão social observa-se a geração de resultado (renda familiar) e empregos gerados pela atividade rural desenvolvida, a análise está alinhada com os objetivos do ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável. Esses indicadores evidenciam a integração de princípios sustentáveis nas práticas organizacionais, promovendo coerência entre desempenho econômico e responsabilidade socioambiental.

Esse cenário revela que, embora a renda monetária seja modesta, os produtores dispõem de recursos produtivos que agregam valor ao seu modo de vida e à sustentabilidade da propriedade. Ainda assim, os dados indicam a necessidade de políticas públicas que promovam o fortalecimento da produção, o acesso a mercados e a valorização desses ativos, de forma a ampliar a rentabilidade e a estabilidade econômica das famílias rurais, visando o desenvolvimento sustentável das entidades e a permanência destas famílias no meio rural, especialmente em assentamentos da reforma agrária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar o desempenho econômico de propriedades rurais do Projeto de Assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina – MS. A análise abrangeu dados do desempenho econômico de 118 produtores rurais, considerando a estrutura de receitas, custos e pagamentos ao governo, e o resultado econômico gerado.

Os resultados obtidos demonstram significativa variação entre os produtores, tanto na certificação dos rebanhos quanto no desempenho econômico-financeiro. Observou-se a concentração de certificações em bovinos, evidenciando a predominância da atividade leiteira como a principal atividade produtiva do assentamento, ao passo que espécies como suínos, ovinos e aves apresentaram baixa representatividade. Isso pode refletir limitações estruturais ou falta de incentivo à diversificação produtiva.

Sob a análise do aspecto econômico, os dados analisados revelaram diferenças marcantes entre os produtores. Enquanto algumas propriedades demonstram maior organização e capacidade produtiva, com receitas elevadas e estrutura consolidada, outras ainda enfrentam desafios para se manter, apresentando baixos rendimentos e sinais de informalidade. Essa realidade diversa mostra que muitos produtores ainda carecem de apoio para melhorar sua gestão e garantir a sustentabilidade de suas atividades. Diante disso, torna-se evidente a importância de políticas públicas mais sensíveis à realidade local, que valorizem a agricultura familiar, incentivem a formalização e contribuam para reduzir as desigualdades entre os produtores do assentamento. O avanço nessa área, no entanto, depende não apenas dos controles e informações utilizadas, mas também do envolvimento ativo dos produtores, do apoio técnico institucional contínuo e da continuidade de programas

que incentivem a adoção de controles gerenciais e de práticas sustentáveis em toda a cadeia produtiva.

A análise evidencia que o desempenho econômico das propriedades rurais apresenta fragilidades e carece de maior apoio para auxiliar os gestores na implementação de estratégias de gestão, visando melhorar a renda gerada. A adoção de práticas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 2, 8 e 15, demonstra-se essencial para consolidar um modelo de produção rural que equilibre rentabilidade econômica e responsabilidade socioambiental.

O estudo apresenta como limitação a área geográfica analisada, embora a amostra seja significativa, os resultados apresentados são específicos do ambiente de estudo, não podendo ser generalizado, estudos futuros poderiam analisar o contexto regional ou estadual. Recomenda-se para pesquisas futuras, o uso de indicadores que envolvam aspectos mais amplos da atividade rural, como conservação do solo, uso da água e acesso à assistência técnica, ampliar a análise para outros projetos de assentamento também pode contribuir para diagnósticos comparativos e políticas públicas mais eficazes.

REFERÊNCIAS

- Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul - IAGRO. (2025). Portaria IAGRO nº 3754 de 29/04/2025. Recuperado de: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=477419>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- Assis Neto, A. G., & Robles Júnior, A. (2019). Management of a small rural property in the city of Guaxupé, in the State of Minas Gerais, based on direct costing. *Custos e agronegócio on line*, 15(4), 269-297.
- Assis, B. H., Duarte, E. M., Gonçalves, G. M. B., Julio, L. A., Gonçalves, L. F., Pereira, L. G. O., ... & Silva, V. C. C. (2021). A Importância da Contabilidade e do Direito no Agronegócio. *Revista Projetos Extensionistas*, 1(1), 195-208.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2020). *Atlas do espaço rural brasileiro*. IBGE, Coordenação de Geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101773.pdf>. Acesso em 08 ago. 2025.
- Cardoso, A. D. S., Barbero, R. P., Romanzini, E. P., Teobaldo, R. W., Ongaratto, F., Fernandes, M. H. M. D. R., ... & Reis, R. A. (2020). Intensification: A key strategy to achieve great animal and environmental beef cattle production sustainability in Brachiaria grasslands. *Sustainability*, 12(16), 6656. <https://doi.org/10.3390/su12166656>
- Di Domenico, D., Kruger, S. D., Mazzioni, S., Zanin, A., & Ludwig, M. B. D. (2017). Índice de sustentabilidade ambiental na produção leiteira. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 16(1), 261-282.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. (2018) *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Recuperado de: <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 06 março 2025.

- Galvão, G., Matos, S. N., & Gueiber, E. (2019). Precificação no Agronegócio: Um mapeamento sistemático. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, 8(1), 123-142.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. *Editora Atlas AS*.
- Foguesatto, C. R., Mores, G. V., Kruger, S. D., & Costa, C. (2020). Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. *Land Use Policy*, 97, 104643. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104643>
- Herrero, M., Thornton, P. K., Mason-D'Croz, D., Palmer, J., Bodirsky, B. L., Pradhan, P., ... & Rockström, J. (2021). Articulating the effect of food systems innovation on the Sustainable Development Goals. *The Lancet Planetary Health*, 5(1), e50-e62.
- Kischener, M. A., Kiyota, N., & Perondi, M. A. (2015). Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. *Mundo agrário*, 16(33), 1-15.
- Kruger, S. D., Silva, M. A. L., Mores, G. V., & Petri, S. M. (2018). Fatores determinantes para a sucessão familiar em estabelecimentos rurais da região oeste de Santa Catarina. *Extensão Rural*, 25(4), 57-70. <https://doi.org/10.5902/2318179630576>
- Kruger, S. D., Cecchin, R., & Mores., G. V. (2020). A importância da contabilidade para a gestão e continuidade das propriedades rurais. *Custos e Agronegócio On Line*, 16(1), 276-295.
- Kruger, S. D., Wiest, E. S., Dalla Porta, C., & Zanella, C. (2021). Avaliação da sustentabilidade da produção suinícola. *Revista de Economia e Agronegócio*, 19(3), 1-22.
- Kruger, S. D., & Link, C. P. (2023). Análise de práticas de sustentabilidade em granjas suinícolas. *Revista Gestão Organizacional*, 16(3), 161-179.
- Lizot, M., Andrade Júnior, P. D., Lima, J. D., & Magacho, C. S. (2018). Application of a model of management of costs for decision making in family agribusiness. *Custos e agronegócios On Line*, v. 14, *Special Edition*, 290-313.
- Lizot, M., Trojan, F., & Afonso, P. (2021). Combining total cost of ownership and multi-criteria decision analysis to improve cost management in family farming. *Agriculture*, 11(2), 139. <https://doi.org/10.3390/agriculture11020139>
- Lopes, M. L. G., & Costa, B. M. D. N. (2024). Cost Management in Small Rural Properties: a Study Tailored to Livestock Activity in a Family System. *Pensar Contábil*, 26(89).
- Secretaria de Estado da Fazenda de Mato Grosso do Sul. SEFAZMS (2024). *Precoce: Novo sistema para cadastramento publicado abril 2024*. Recuperado de: <https://www.ms.gov.br/noticias/novo-sistema-de-cadastramento-para-o-programa-precoces-ms-ja-esta-em-vigor>. Acesso em: 25 março, 2025.
- Marco Rosini, A. ., Lopes, M. A. M., Pedrinho, D. R., & Palmisano, A. (2025). Programas sociais: incentivo aos pequenos produtores rurais brasileiros. *Revista de Inovação e Tecnologia*, 15(1), 65–75.

- Moreira, A. D. S., Melo, J. D., & Carvalho, J. D. (2016). Cost management in a rural property greenery branch. *Custos e @gronegocio on line*, 12(2), 298-332.
- Moreira, F. G. (2022). As trajetórias de luta pela terra no assentamento Teijin do município de Nova Andradina/MS. *Revista NERA*, 24(61). <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i61.9101>.
- Organização das Nações Unidas – ONU (2015). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Resolução A/RES/70/1, 2015. Recuperado de: <https://www.agenda2030.com.br>. Acesso em: 8 maio 2025.
- Pedrosa, L. M., Hoshide, A. K., Abreu, D. C., Molossi, L., & Couto, E. G. (2021). Financial transition and costs of sustainable agricultural intensification practices on a beef cattle and crop farm in Brazil's Amazon. *Renewable Agriculture and Food Systems*, 36(1), 26-37. <https://doi.org/10.1017/S1742170519000413>
- Prefeitura Municipal de Nova Andradina - PMNA. (2025). *A cidade, história*. Recuperado de: <https://www.pmna.ms.gov.br/paginas/a-cidade/a-cidade>.
- Quesado, P. R., Silva, M. R., & Rua, S. C. (2018). The financial accounting and the cost management in the agricultural activity. *Custos e Agronegocio Line*, 14(4), 241-258.
- Réquia, R. C., Hollveg, S. D. S., & Zonatto, P. A. F. (2023). Desafios na gestão de custos e formação de preços em propriedades rurais: um estudo de caso na pecuária. *Revista Gestão em Foco*, 15(2023), 166-193.
- Rosini, A. M., Lopes, M. A. M., Pedrinho, D. R., & Palmisano, A. (2025). Programas sociais: incentivo aos pequenos produtores rurais brasileiros. *Revista de Inovação e Tecnologia-RIT*, 15(1), 65-75.
- Silva, T. J., Oliveira Filho, E., Navas, R., Oliveira, V. C. D., & Soares, E. C. (2022). Agricultura familiar no Baixo São Francisco: estudo de caso em comunidades rurais ribeirinhas em Alagoas. *Agrotrópica*, 34(3), 217-224. <https://doi.org/10.21757/0103-3816.2022v34n3p217-224>
- Teixeira, I. L., Silveira, V. C., Eduardo, A. S., Schotten, P. C., Goulart, G. S., & Fachin, S. (2025). O valor da gestão de custos para o agricultor familiar na produção de soja. *Aracê*, 7(1), 874-892. <https://doi.org/10.56238/arev7n1-053>
- Vieira, A. C. P., Freitas, C. O. D., Valdes, C., Leonel Lunas, D. A., Martins Costa, E., Teles Bastos, E., ... & Rodrigues Ferreira, Z. (2025). *Agricultura brasileira: da porteira para dentro e de fora para o mundo*. Organizadores: José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zenaide Rodrigues Ferreira. Rio de Janeiro: Ipea; Brasília : CEPAL, 379 p.
- Woiski, L., Kulak, C., & Morozini, J. F. (2022). Impacts of cost control on a small rural property. *Custos e agronegocio on line*, 18(4), 262-280.
- Zambon, E. P., & Bee, D. (2016). Cost management in agribusiness: The use of Activity Based Cost (ABC) in a small rural property. *Custos e Agronegocio*, 12(3), 137-152.

- Zanin, A., Oenning, V., Tres, N., Kruger, S. D., & Gubiani, C. A. (2014). Gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 13(40), 9-19. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v13n40p9-19>.
- Zanin, A., Camargo, A., & Kruger, S. D. (2023). Assessment of the sustainability of the swine supply chain. *Revista de Administração da UFSM*, 16(spe1), e4. 3 <https://doi.org/10.5902/1983465974172>
- Zuin, L. F. S., & Zuin, P. B. (2008). Produção de alimentos tradicionais contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 4(1).